

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RAYNER MAX FERNANDES LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E SUAS
RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS**

Goiânia

2022

RAYNER MAX FERNANDES LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E SUAS
RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Champagnatte

**Goiânia – GO
PPGDR - UNIALFA
Setembro/2022**

Rayner Max Fernandes Lima

**Um Estudo sobre a Universidade Aberta do Brasil e suas relações com o
Desenvolvimento Regional em Goiás**

Aprovada em: 20/09/2022.

Banca Examinadora

Professor Doutor Dostoiewski Champangnatte
Orientador

Professora Doutora Cintia Neves Godoi
Membro Interno UNIALFA

Professora Doutora Tatiana Carilly Oliveira Andrade
Membro Externo UNIARAGUAIA

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

L732e

Lima, Rayner Max Fernandes de.

Um estudo sobre a Universidade Aberta do Brasil e suas relações com o desenvolvimento regional em Goiás. / Rayner Max Fernandes de Lima. – 2022.

60 f.: il. 30cm

Orientador: Prof. Dr. Dostoiowski Champagnatte

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2022.

1. Goiás. 2. Educação a distância. 3. Inclusão. I. Champagnatte, Dostoiewski. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 711.1:378

In memoriam à minha querida Avó Dona Irani Gomes
Fernandes, mãe, esposa, avó, professora, amiga,
mulher integra e exemplar, que fez da educação o
base da nossa família.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer o apoio dos meus pais Ângela Gomes e Darlan Ferreira, aos meus irmãos Harley Max e Kaysa Barbára, meus tios Edilamar e Divino, minha melhor amiga e parceira de vida Annyella e toda minha família que se fez e fazem presentes em todas minhas conquistas, que me acompanharam em mais essa jornada árdua de estudos, vocês foram combustíveis para que eu conseguisse concluir mais essa etapa da minha vida.

Ao meu orientador Dostoiewski Champagnatte, que é referência profissional para mim, que de forma paciente e muito cuidadosa conseguiu apontar os melhores caminhos a serem seguidos para que pudéssemos compreender melhor o mundo da pesquisa, bem como a sua importância.

Aos professores e colaboradores da UniAlfa, mesmo com todos os percalços da pandemia conseguiram conduzir as atividades sempre com muita maestria e excelência, em especial a professora Cintia Godoi, por todas dicas e paciência.

Aos meus colegas de trabalho da Faculdade Sensus, instituição que sempre me deu suporte e oportunidades que me fizeram trilhar o caminho que decidi percorrer.

Aos meus amigos Nivia, Ricardo Arruda, Heulter Robson, Nathalia Kellin, amigos outros não citados, esses que são tantas graças a Deus e que sabem da sua importância em minha trajetória, que nessa jornada acadêmica foram essenciais para o êxito.

E não obstante a Deus, que me acompanha em todas as caminhadas da minha vida, me guiando e abençoando.

“Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”.

Paulo Freire

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins de direito que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico ao presente trabalho, isentando a Unialfa, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade deste estudo.

Goiânia, 20 de setembro de 2022.

Rayner Max Fernandes Lima

Mestrando

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Educação a Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
TC	Termo de Parceria
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROBLEMA DE PESQUISA	16
OBJETIVO GERAL.....	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
JUSTIFICATIVA	17
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
MÉTODO	19
1 INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	21
1.1 Educação: direito-dever para o desenvolvimento humano-econômico	23
1.2 Implicações da Educação no âmbito do Desenvolvimento Econômico	26
1.3 Desafios da Educação para alcançar Desenvolvimento sob o aspecto humanístico e econômico no Brasil	27
2. A UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: APLICAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	30
2.1 Antecedentes históricos, o hoje e o futuro	30
2.2 Sistema de Aplicação da UAB (Universidade Aberta do Brasil)	34
3 UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: FERRAMENTAS DE GARANTIA AO FUTURO E A SUA DECADÊNCIA.....	36
3.1 Reflexo da utilização da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás	36
3.2 Desafios para implementação efetiva e desenvolvimento do Estado de Goiás	41
3.3 Perspectivas sobre o futuro no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

RESUMO

A Educação a Distância já está presente no mundo muito antes da Era da Informação e tem seu desenvolvimento vinculado à tecnologia de cada época, frente ao avanço tecnológico. Hodiernamente faz parte de grande parte daqueles que ingressam na vida acadêmica. No período pandêmico, tornou-se notória a importância da educação pautada em plataformas virtuais de aprendizagem, o que importa na presente pesquisa. Os vínculos da Universidade Aberta no Brasil com o Desenvolvimento, em especial o Regional de Goiás, é de suma importância, vez que a Educação de Qualidade está entre os ODS elencados pela ONU. Vê-se que não há que se falar em desenvolvimento, distanciando-se da Educação, o que inclui a Universidade Aberta. Busca-se analisar a relação entre a UAB e o debate sobre o Desenvolvimento Regional com o foco no Estado de Goiás, sendo necessário assim compreender o que é a Educação a Distância, analisar a política de criação e implementação da UAB, bem como verificar os vínculos da UAB com o Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás. Assim, há que se demonstrar a necessidade de revisão do programa no Estado de Goiás, pois conforme apresentado entre os anos de 2017 e 2020 houve um declínio de aproximadamente 83% na quantidade cursos ofertados pela UAB em Goiás, bem como a diminuição drástica do quantitativo de alunos matriculados, levando em consideração, no contexto da busca de maior autonomia e maior investimento por parte do governo, para que volte a ser uma política pública eficaz e que mantém a conexão direta da Educação e o Desenvolvimento Regional que se busca no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Goiás; Educação a Distância; Inclusão, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Distance Education is already present in the world long before the Information Age and its development is linked to the technology of each era, in the face of technological advances. Nowadays it is part of most of those who enter the academic life. In the pandemic period, the importance of education based on virtual learning platforms became notorious, which matters in this research. The links of the Open University in Brazil with Development, especially the Goiás Regional, is of paramount importance, since Quality Education is among the SDGs listed by the UN. It can be seen that there is no need to talk about development, distancing itself from Education, which includes the Open University. It seeks to analyze the relationship between the UAB and the debate on Regional Development with a focus on the State of Goiás, thus making it necessary to understand what Distance Education is, to analyze the policy of creation and implementation of the UAB, as well as to verify the UAB's links with the Regional Development of the State of Goiás. Thus, it is necessary to demonstrate the need to review the program in the State of Goiás, because as presented between the years 2017 and 2020, there was a decline of approximately 83% in the number of courses offered by UAB in Goiás, as well as a drastic decrease in the amount of enrolled students, taking into account, in the context of the search for greater autonomy and greater investment by the government, so that it returns to being an effective public policy and that maintains the direct connection between Education and Regional Development that is sought in the State of Goiás.

Keywords: Goiás; Distance Education; Inclusion, regional development.

INTRODUÇÃO

O Ensino a Distância (EaD) no Ensino Superior é definido pelo Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, o qual regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996):

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Assim, o Ensino a Distância (EaD) é tido como modalidade de ensino, cujos processos se dão em especial por meio digital permeados pela Tecnologia da Informação e Comunicação em qualquer que seja o local.

Para a concretização dessa modalidade de ensino, surge a UAB (Universidade Aberta do Brasil), como seu principal instrumento. Porém, sem políticas públicas efetivas, sua implantação adequada e responsiva não será possível (LIMA, RAMOS, 2015).

A UAB (Universidade Aberta do Brasil) apresenta-se como forma de democratizar o ensino superior no país e, por conseguinte, diminuir as desigualdades sociais e proporcionar o desenvolvimento socioeconômico (ARAÚJO, 2021).

A exemplo de que a Educação é indispensável na busca e concretização do desenvolvimento, estudos realizados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) apontam que a diferença salarial de uma pessoa com diploma de nível superior é em média 140% (cento e quarenta por cento) a mais do que o profissional que parou seus estudos no ensino médio¹.

Silva *et al.* (2013) reforçam que, ao decorrer da história, as universidades ocupam espaço de destaque para o desenvolvimento econômico e social dos países, logo a Educação a Distância assim como a Educação Tradicional estão diretamente relacionadas ao Desenvolvimento Regional.

A UAB (Universidade Aberta do Brasil) “é um sistema de formação em nível superior do governo federal, em parceria com instituições de ensino superior, governos municipais e estaduais”, conforme enfatiza Mill (2012, p. 282), que foi instituída pelo Decreto 5.800, de 8

¹ Veja: <https://www.oecd.org/>

de junho de 2006. Segundo a norma regulamentar, a finalidade da UAB é "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".

Já se percebe, com o fim último da norma, que busca-se a inserção da Educação em todos os rincões do Brasil, de modo a levar ao que não tem acesso efetivo um instrumento que possibilita o cumprimento dos objetivos assinalados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9394/96) em seu art. 2º².

Segundo Niskier (2000, p. 49), diz que:

A EaD tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino, no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos, no Brasil, onde o seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: alunos e professores separados por uma certa distância e, às vezes, pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha ideia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes.

Seguindo o que foi dito por Niskier, constata-se que essa modalidade de Educação a Distância, nas mais variadas Instituições de Ensino, tem um grande valor. Logo, essa modalidade aborda pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior tendo como respaldo as tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de Educação a Distância em localidades estratégicas e antes inviáveis, o que consubstancia no conceito de Universidade Aberta acima apontado.

Observa-se, ainda, que o sistema adotado na UAB (Universidade Aberta do Brasil) propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) através de instituições públicas de ensino superior. Com a implantação da educação de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos índices de desenvolvimento (IDH e IDEB), que tem como meio fundamental a educação, que é considerada uma das formas mais influentes para que os indivíduos tenham acesso aos agrupamentos de bens e serviços que estão disponíveis na sociedade e, por esse motivo, é tida como um “direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática” (GADOTTI, 2005, p.1), contexto esse reforçado por SEN (2000)

² Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(...) são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas da educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (...), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos em atividades políticas (SEN, 2000, p.56).

Desse modo, funciona como uma eficaz ferramenta de universalização do acesso ao ensino superior, minimiza a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evita o fluxo migratório para as grandes cidades. Assim, esta pesquisa conta com bases sólidas do que se pretende realizar, já que buscará vínculos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) com o Desenvolvimento Regional de Goiás, de modo a considerar que em todos e quaisquer índices a educação segue como princípio do desenvolvimento, em especial no âmbito regional.

A Educação a Distância, através da implementação da UAB (Universidade Aberta do Brasil), é mais uma das formas de proporcionar acesso à educação, o que facilita questões de logística de transporte, tempo, condição financeira, por exemplo. Isso se dá em razão dos custos menores que demanda em relação aos tradicionais presenciais.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: no Capítulo 1, faz-se uma abordagem da influência do Ensino a Distância (EaD) no Brasil, aborda-se a Educação: direito-dever para o desenvolvimento humano-econômico, bem como as implicações da Educação no âmbito do Desenvolvimento Econômico e os desafios da Educação para alcançar Desenvolvimento sob o aspecto humanístico e econômico no Brasil.

Já no Capítulo 2 aborda-se a contribuição da UAB (Universidade Aberta do Brasil), primeiramente através dos Antecedentes Históricos no Brasil e no Mundo, em seguida, discute-se o Sistema de Aplicação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) e, então, as contribuições da utilização do modelo na contemporaneidade.

No último capítulo, a discussão gira em torno do futuro, menciona-se, portanto, o reflexo da utilização da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás, bem como os desafios para implementação efetiva e desenvolvimento do Estado de Goiás e, finalmente, as perspectivas sobre o futuro no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás.

PROBLEMA DE PESQUISA

A Educação a Distância é mais uma das formas de proporcionar acesso à educação, em especial aos hiper vulneráveis nos mais variados rincões do nosso país. Sendo assim, questiona-se: quais as perspectivas da política de criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil)? Quais as relações podemos estabelecer entre a UAB (Universidade Aberta do Brasil) e o desenvolvimento regional em Goiás?

OBJETIVO GERAL

Busca-se apontar a necessidade de políticas públicas para incrementação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) com vistas ao efetivo desenvolvimento regional do Estado de Goiás.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dessa maneira, tem-se que compreender o que é a Educação a Distância, analisar a política de criação e implementação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) e verificar os vínculos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) com o Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás.

JUSTIFICATIVA

A Educação a Distância já está presente no mundo muito antes do que se tem ideia. As Revoluções Industriais aliadas às Ondas da Inovação polarizam o andar da sociedade no caminho da Era do Conhecimento e da Informação.

Somente a Educação de Qualidade Inclusiva poderá efetivamente contribuir para o desenvolvimento e apontar para urgência de análise visto que as disrupções são cada vez mais rápidas, profundas e multifacetadas e se fazem necessários mecanismos para enfrentar as novas problemáticas, a fim de administrar o aumento das desigualdades que irão surgir (Schwab, 2016, p. 41).

O desenvolvimento regional perpassa por essa questão, vez que não há que se falar em sociedade desenvolvida sem se falar de soluções palpáveis e efetivas quanto às questões sociais e que inevitavelmente acabam por esbarrar em vieses econômicos e até mesmo ambientais. Daí temos os pilares do desenvolvimento sustentável, bem como a perseverança na busca pela estruturação do Capitalismo Humanista.

Desta feita, a Educação alicerçada e em consonância com o caminhar tecnológico é instrumento indispensável na busca pelo crescimento do Estado Brasileiro e, portanto, do Estado de Goiás.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Moran (2011) defende veementemente que todas as universidades e organizações educacionais, em todos os níveis, precisam experimentar e avançar com coragem, bem como integrar o presencial e o virtual, garantindo a aprendizagem significativa de qualidade.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) uma educação de qualidade é:

[...] é aquela que mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também

como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (p. 118).

Dados da UNESCO e do relatório de Monitoramento Global da Educação, apontam que a pobreza mundial poderia sofrer uma severa alteração se caso todos os adultos completassem o ensino médio (UNESCO, s.d.):

A educação é a chave para o desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades. Ela fornece às pessoas os conhecimentos e as habilidades que aumentam sua produtividade e as torna menos vulneráveis a riscos. Estima-se que, em média, cada ano de escolarização poderia aumentar a remuneração salarial em 10% (UNESCO, s.d., n.p.).

Buscando compreender a Educação a Distância, Moran (2002, p.1) diz:

[...] educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Apesar de não estarem juntos, de maneira presencial, eles podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

O Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017, traz uma definição sobre a EaD:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, documento on-line).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a primeira legislação brasileira a fazer referência à educação a distância. Apesar de ter sido criada em 1961, ela foi sancionada somente em 1996. Foi a partir daí que a educação a distância passou a ser reconhecida como modalidade de ensino em todos os níveis — graduação, educação básica e técnicos.

O Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006. A finalidade da UAB é "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".

Verifica-se que fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas.

Assim, o Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulem a parceria entre todos os entes federados com as instituições públicas de ensino superior. Funcionando como um eficaz meio para a propagação do acesso ao ensino superior, reduzindo assim a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

MÉTODO

A pesquisa científica tem por finalidade incitar e enriquecer cada vez mais o conhecimento, a partir dela é possível realizar grandes feitos assim como transmitir e adquirir conhecimentos que norteará o decorrer das nossas vidas, buscando objetivos que são tão importantes. Demo (2001, p. 34) escreve:

A pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente sugere, pede, força o surgimento de alternativas.

Para a elaboração de um projeto de pesquisa faz-se necessário a utilização de métodos e procedimentos para o bom andamento do trabalho. Para tanto será utilizado o método exploratório, este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-lo mais explícito ou até mesmo construir hipóteses. Segundo Gil (2007) na maior parte dessas pesquisas são utilizadas levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão. De acordo com Prodanov e Freitas (2013 p. 53) A pesquisa exploratória assume, em geral, as formas de pesquisa bibliográficas e estudo de caso.

Esse método permite a utilização da abordagem quanti-qualitativa que é a utilização das abordagens quantitativa e qualitativa simultaneamente. Para mensurar informações obtidas em campo será utilizado a abordagem quantitativa, que é a mais adequada para interpretação de dados. Vilelas (2009) afirma que “os estudos quantitativos admitem que tudo pode ser quantificável, isto é, que é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas”.

Far-se-á uso de alguns instrumentos de coleta de dados, sendo eles: a revisão de literatura que é a parte fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Essa revisão fornece o suporte necessário para justificar, objetivar e formular o problema de pesquisa, além de permitir a definição da melhor estratégia para estudar e analisar o problema e seus dados, diz Bandeira (2000).

Assim, a revisão de literatura será realizada com base no problema de pesquisa, evidenciando o contexto teórico no qual o problema está relacionado.

Segundo Silva e Menezes (2005), a revisão de literatura contribui na obtenção de informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado; no conhecimento das publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; e na verificação das opiniões similares e divergentes, além dos aspectos relacionados ao tema ou ao problema de pesquisa. Este trabalho utilizará a revisão de literatura para

Apresentar um marco referencial teórico e conceitual suficientemente desenvolvido sobre a UAB (Universidade Aberta do Brasil) e a sua relevância no Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás de modo a trazer novas perspectivas para as Políticas Públicas nesse âmbito.

1 INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O advento da internet proporcionou à sociedade uma revolução no conceito de acesso à informação. Nessa vertente, a docência pôde ser manejada de forma diversa do presencial, adotando assim, a Educação a Distância (EaD) que tem como escopo a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2017).

O Ensino Presencial é a modalidade de ensino mais tradicional e utilizada em todos os níveis de educação, reúne docentes e discentes em um único espaço físico e tempo, e o conhecimento é transmitido em sala de aula, possibilitando comunicação direta e interação entre professores e alunos. Outra característica é que os horários são fixos, seguindo calendário definido previamente e respeitando o turno do curso, podendo ser matutino, vespertino ou noturno (BRASIL, 2017).

Ao contrário do Ensino Presencial, no EaD não existe o contato físico entre professores e alunos, a mediação didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com os estudantes e profissionais da educação em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, Garcia Aretio (1994, p. 40) define que:

“A Educação a Distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, entre professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos”.

Andrade *et al.* (2012) explica que o Brasil possui uma cultura histórica do consumo do Ensino Presencial, de forma que, aos poucos, tem havido uma inserção gradativa da Ensino a Distância na vida acadêmica dos estudantes sendo perceptível que as universidades deverão adotar um sistema híbrido de ensino, combinando as atividades presenciais e *online*.

Nessa ótica, aduz-se que:

“A EAD, em contraposição a educação presencial, possui, durante parte de sua história, uma trajetória própria, sem que, em toda ela, tenha tido intersecções diretas na educação presencial, vindo a convergir por ocasião da disseminação de estudos e de discussões do uso, do papel e do impacto da rede mundial nos processos de ensino e aprendizagem, tanto em atividades de apoio presencial como a distância (MOREIRA, 2009, p.370)”.

Sob esse entendimento, a EaD pode tornar-se não somente uma via de recurso ao ensino presencial, mas uma opção perfeitamente capaz de agregar conhecimento ao discente, trazendo diferentes didáticas e abordagens pedagógicas, rumo a uma convergência de tecnologias e práticas educacionais (ANDRADE, 2012).

Segundo Paiva (2020), como os alunos em um ambiente virtual não enxergam seus professores como acostumados no ensino presencial, é preciso que eles se façam presentes por meio de instruções, gerenciamento das interações e de avaliações, sugerindo ainda que o conteúdo e atividades sejam publicadas com antecedência, e que as instruções sejam simples e claras, tornando o processo de ensino mais confortável.

Antes da pandemia, o Ensino a Distância já estava em crescimento³, já que, naquele momento, já seguia o contexto da democratização no acesso à educação. O objetivo da adoção desse modelo objetivava a utilização de ferramentas tecnológicas como instrumento facilitador às minorias, ao mesmo tempo que reafirma a busca pela dignidade da pessoa humana (BOKUMS; MAIA, 2018, p. 105).

A pandemia reforçou a necessidade da utilização de novas metodologias de ensino, além de reforçar a quebra paradigmas relacionados ao Ensino a Distância, que em muito auxiliou na superação do momento pandêmico, já que com várias características em comum com o Ensino Remoto Emergencial (ERE), conforme ressalta MARQUES, JUNGO e VERASZTO (2021, p. 74).

A modalidade de ensino outrora eivada de preconceitos, passa a ser o subterfúgio inevitável frente às necessidades do momento emergencial. Assim, a Educação a Distância mostra-se indispensável à efetivação da Educação de Qualidade (art. 4º das ODS⁴) e contribui indireta e diretamente ao desenvolvimento regional.

³ Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), já em 2019, o Ensino à Distância já correspondia a mais de 60% (sessenta por cento) das vagas ofertadas em cursos superiores.

⁴ O objetivo 4º estabelecido para o Desenvolvimento Sustentável é Educação de Qualidade.

1.1 Educação: direito-dever para o desenvolvimento humano-econômico

Segundo estabelece a Constituição Federal em seu Título VIII, Da Ordem Social, mais especificamente em seu Capítulo III (DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO), na Seção I descrita como Da Educação, art. 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.

Trata-se, portanto, de objeto de Políticas Públicas para sua efetivação e aplicabilidade no contexto social. A inserção no contexto da Ordem Social no texto constitucional se deu pelos princípios que guiam a Educação, o que eleva referido direito à categoria de meta a ser atingida (SAVIANI, 2013). Insere-se bem, portanto, no viés dirigente da nossa Constituição Federal⁵.

Por essa razão, temos uma Constituição Federal imersa em regras, normas e princípios classificados como de Eficácia Limitada de Princípios Programáticos, ou seja, tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, para alguns, dita diferida. Isso significa que para sua aplicação de maneira integral, de modo a atingir o contexto social há necessidade de norma infraconstitucional regulamentadora, bem como Políticas Públicas (LENZA, 2020).

Em razão desse tipo de comando constitucional, há de se esperar que o Poder Público, por meio de ações consistentes em produção legislativa ou de programas, busque a efetivação do comando constitucional. Ademais, há de se ter em mente que, a partir do momento em que se tem um comando emanado do Poder Constituinte, há vinculação de todos de modo que deve haver ações empenhadas na sua efetivação.

Derivam dessas premissas a necessidade de uma organização para o efetivo funcionamento da Educação, de forma a aproximar a determinação constitucional e a realidade esperada. De um *trade-off*⁶ abstrato, derive uma realidade palpável (SAVIANI, 2013).

Importa ressaltar que a Educação é direito fundamental, portanto, permeado de abstração e generalidade. Não se podia esperar nada diferente, já que é direito inserido dentro da Ordem Social, como já mencionado, carece de norma infraconstitucional para se tornar efetivo. Além disso, deve buscar a efetivação do princípio que é guia de todo o texto

⁵ A Constituição Federal é classificada como Dirigente ou Programática, já que no seu bojo traça metas e objetivos a serem perseguidos pelo Poder Público por meio de Políticas Públicas e Legislação.

⁶ Sistema de comando e controle.

constitucional, qual seja, a Dignidade da Pessoa Humana (BERTOLAIA; PALAZZOLO, 2016).

Na seara do pós-guerras mundiais, ou seja, no fim do século XX, surge a necessidade de se implantarem direitos sociais, econômicos e culturais, tidos como de 2ª Geração ou Dimensão, no âmbito Constitucional do Estados com o intuito de se agregar uma igualdade não só formal já estabelecida pelo Liberalismo Econômico, mas sim material, de modo a tratar desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade.

Dessa forma, há efetiva relação entre direitos sociais e econômicos, já que ambos pertencentes à 2ª geração ou dimensão, ligados à ideia de igualdade material. Correlacionam a direção mercadológica e direitos de cunho e os direitos de cunho coletivo ou comunitário. A ordem social dá indicativos à efetivação destes últimos (BERTOLAIA, 2016).

Verifica-se que a aplicabilidade social ou positiva relacionada aos direitos sociais, econômicos e culturais depende de ação do Estado, diante da existência do Neoliberalismo, bem como estão intrinsecamente interligados, de forma que a concretização de um não se faz sem a dos outros.

Frente, portanto, à essa idealização, percebe-se que não há que se falar em livre iniciativa sem se falar em valorização do trabalho humano, conforme estabelecido no art. 170 da Constituição Federal⁷, ou seja, não se tem um Estado desenvolvido economicamente, sem haver desenvolvimento social ou humano. Por isso, adota-se, no Estado Brasileiro, o capitalismo humanista, vez que não há desenvolvimento econômico sem progresso humano.

Assim, o progresso humano está diretamente vinculado ao desenvolvimento econômico, onde há de se ter uma estrutura capaz de efetivar essa relação, a fim de reduzir a desigualdade econômica e política (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Nesse contexto, a Educação, como direito social que o é, encontra-se dentro da Ordem Social, diretamente ligado à Ordem Econômica do Estado Brasileiro. Isso significa dizer que, a partir do momento em que há o estabelecimento de um direcionamento da Educação como dever do Estado para promoção do desenvolvimento da pessoa para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, o que se espera é que sejam feitas tomadas de decisão no sentido de se efetivar o comando constitucional.

⁷ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)”

Assim, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) com esse propósito. Já no seu art. 1º há consonância com o texto constitucional e vincula-se à Educação ao pleno desenvolvimento do ser humano, a fim de vinculá-lo ao labor e ao convívio social⁸.

Verifica-se que cabe à Instituições de Ensino auxiliar na construção dialética para promoção e transformação de um Estado (MARINHO; ALMEIDA, 2017). Ou seja, a Educação é instrumento de fomento ao progresso do Estado. Trata-se, portanto, de elemento fundamental e diretamente ligado ao desenvolvimento econômico.

Daí a estreita ligação promovida pela Educação entre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Humano. É essencial na promoção do bem-estar humano através do progresso do Estado.

Isso decorre da premissa em que há de se diferenciar desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Podemos falar em crescimento econômico ainda que não ocorra implementação de questões ligadas ao bem-estar humano. Mas não há que se falar em desenvolvimento econômico sem desenvolvimento humano (ROCHA, 2004).

A Educação leva ao ensino e aprendizagem, necessários ao desenvolvimento do trabalho e consequente inserção na Ordem Econômica. Não estão dissociados, mas conectados. Indispensável o conhecimento na seara do mundo em constante mudança. Essas rupturas devem ser entendidas em favor da ressignificação do bem-estar humano constante de modo que a sociedade hodierna não comporta alienação ou estagnação (NUNES, 2018).

Pelo exposto, o que se vê é que é imprescindível ao crescimento, ao progresso e ao desenvolvimento econômico do Estado e estabelecimento de parâmetros razoáveis de bem-estar social, ou seja, o desenvolvimento dito econômico não se dissocia, pelo contrário, interage incessantemente com o desenvolvimento humano. Esse ponto nos leva a várias implicações que ligam a Educação ao Desenvolvimento Econômico. É o que se segue.

⁸ Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

1.2 Implicações da Educação no âmbito do Desenvolvimento Econômico

Frente ao modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro, ou seja, com o trabalho ligado ao capital, percebeu-se que a educação passou por uma reorganização. Nesse sentido, a Educação tida como pública, num primeiro momento, buscou efetivação de novas habilidades e competências frente às especializações demandadas pela tecnologia e estratégias de controle social emergentes (BRUNO, 2011).

Observa-se que, apesar de satisfazer o valor do capital, inicialmente, expressou a expansão e universalização posterior para as gerações vindouras. Assim, a partir da década de 1990 e o conjunto de ações advindas do novo modelo capitalista adotado pelo Brasil, dito Capitalismo Humanista⁹, ou seja, que trata da promoção da Livre Iniciativa, no âmbito de adoção do Capitalismo, mas indissociado da proteção e promoção do bem-estar no âmbito do trabalho, a Constituição Federal de 1988 passa a promover o Desenvolvimento Econômico aliado à promoção da Ordem Social, o que liga diretamente o Capitalismo e direitos sociais como a Educação.

Assim, tivemos grandes mudanças na seara social a partir da produção e da dinâmica das classes. A partir dessa perspectiva houve uma reestruturação da dinâmica da produção do capital e a promoção do indivíduo nesse contexto. A partir dessa inserção, tivemos a universalização e a massificação da Educação (FAVARO; TUMOLO, p. 557-571, 2016).

A partir desse momento, observou-se a difusão da Educação no contexto social das gerações do proletariado. Do caráter universal, decorre a massificação, de modo a cumprir as exigências mercadológicas, diretamente ligada à forma de produção e reprodução do capital. A Educação passa a ser um instrumento do modelo econômico para difundir técnicas e propostas de produção, com a finalidade principal de tornar mais eficiente a atividade econômica. Há a “aceleração do processo de proletarização de profissionais” (FAVARO; TUMOLO, p. 557-571, 2016).

Há clara relação entre o capital físico, ou seja, produção e o capital humano, ou seja, o indivíduo. Com a finalidade de se aliar o progresso técnico, sem deixar de considerar, o desenvolvimento humano. Demonstra que o desenvolvimento econômico é subordinado a vários fatores, em especial, ao progresso técnico. Este, por sua vez, está interconectado ao

⁹ Dada a apresentação da Livre Iniciativa em consonância com a Dignidade da Pessoa Humana (art. 170 e 193 da Constituição Federal), na busca da efetivação do bem-estar e justiça social, que será discutida mais adiante.

progresso humano. Ou seja, o desenvolvimento é dependente de Educação (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Percebe-se que o conhecimento técnico é imprescindível à produção de capital. Aquele decorre essencialmente de especialização do trabalho, promovido pelo papel originário da Educação no âmbito do Capitalismo.

A essencialidade da Educação no desenvolvimento do progresso econômico advém também da aceção de ideais de liberdade, igualdade e solidariedade. Ou seja, mais uma vez, o lema da Revolução Francesa que alicerça os primeiros direitos fundamentais apresentados se apresenta. Nesse momento, o ideal de igualdade ou isonomia, tão enfatizados no pós-guerras, torna a Educação fator de Desenvolvimento Econômico e dá origem à Teoria do Capital Humano (SILVEIRA, 2015).

A Educação passa ao patamar de legitimador científico e econômico de crescimento, desenvolvimento e progresso econômico. Nítida é a tentativa de se enfatizar o modelo adotado no Brasil. A busca efetiva da dignidade da pessoa humana como princípio orgânico do modelo econômico adotado. Ou seja, a implantação de uma ferramenta dessa natureza visa essencialmente o bem-estar humano frente às condutas dos agentes econômicos influenciados pelo modelo capitalista.

Nota-se que com a promoção do capital humano através da inserção da Educação como ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico tem por fim, inclusive a redução das desigualdades com apreensão de concepções humanísticas de aferição social e política (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016). No Brasil, enquadra-se nos objetivos traçados pela Constituição Federal (art. 3º).

Assim, a promoção da Educação é pilar para concretização de um dos objetivos da República Federativa do Brasil. Tal assertiva pode assegurar promoção da erradicação da pobreza e da marginalização, bem como redução de desigualdades.

1.3 Desafios da Educação para alcançar Desenvolvimento sob o aspecto humanístico e econômico no Brasil

Na Agenda 2030 lançada pela ONU - Organização das Nações Unidas, dentre os 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, está a educação de qualidade, como fator

essencial ao desenvolvimento econômico de um Estado. Os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são instrumentos-guia para o atingimento desse desenvolvimento (PIMENTEL, 2019).

Referido documento de caráter internacional do qual o Brasil é signatário e se submete, procuram traçar políticas universais e de integração de maneira equilibrada, já que é necessário que se assegure direitos humanos relacionados (PIMENTEL, 2019).

Observa-se que, a partir da Agenda 2030, o Brasil como participante e integralizador dos seus ideais, deve buscar formas para sua concretização. Tal objetivo deverá ser atingido a partir da elaboração de políticas públicas e legislação pertinente e adequada.

A Educação, como ferramenta para efetivação desses objetivos é fator gerador de conhecimento, também deve ser encarada como elemento de eficiência e eficácia do setor econômico (RIBEIRO, 2014).

Como instrumento necessário e essencial ao Desenvolvimento, a Educação deve ser o principal viés de investimento para o progresso do Estado (FAVARO; TUMOLO, p. 557-571, 2016).

A falta de incentivo para o desenvolvimento de competências e habilidades está relacionada a competências genéricas e estilo de vida (SCHWARTZMAN, 2005). já que o melhor percurso educacional pode levar a um maior acesso ao mercado de trabalho.

A Educação, sem qualquer dúvida, é um instrumento de transformação social e, por isso, ganhou singular importância no cenário nacional, mesmo porque o desenvolvimento demanda melhoria no nível de escolaridade o que leva à novas demandas nessa seara (NEVES, 2007).

Além disso, essa nova perspectiva demanda modelos mais flexíveis, um novo perfil de educação, maior criatividade, dentre outras competências, a fim de adaptar a nova era à tecnologia, informação e comunicação, de modo a trazer maior acessibilidade (NEVES, 2007).

Superar questões que envolvem a educação superior frente a essa nova realidade, se conecta a diferentes searas, na visão de Neves (2007, p. 01):

“a ampliação do acesso e maior equidade nas condições do acesso; formação com qualidade; diversificação da oferta de cursos e níveis de formação; qualificação dos profissionais docentes; garantia de financiamento, especialmente para o setor público; empregabilidade dos formandos e egressos; relevância social dos programas oferecidos; e estímulo à pesquisa científica e tecnológica.”

São várias as variáveis a serem analisadas, bem como grandes os desafios a serem enfrentados. Levar em conta o fato de que a Educação é o caminho plausível para se atingir o desenvolvimento econômico, nos leva a questionar as possibilidades viáveis.

Uma das grandes questões é o início tardio da Educação Superior no Brasil em relação a outras nações desenvolvidas, A primeira Universidade Brasileira data dos anos 30, porém direcionada a certas elites (CUNHA, 2009).

A expansão da Educação Superior é um processo complexo, profundo e multifacetado, sujeito a várias variantes, dentre as quais a privatização, a comercialização, crescimento de regulação, novos requisitos de avaliação e sistematização. Dessa forma, novas estratégias, dentre as quais a mobilidade acadêmica deve ser analisada (NEVES, BARBOSA, 2020).

Entretanto, o maior de todos os desafios a ser trilhado pela Educação Superior é a democratização do ensino. Políticas Públicas são desenvolvidas com esse intuito e representam um progresso nessa seara. Dentro dessa circunstância de acesso para a democratização, está, sem dúvida, o estímulo à modalidade à distância que, com efeito, tem como principal instrumento a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BARROS, 2015).

Isso se deve ao fato de que, apesar do país ter se desenvolvido consideravelmente, ainda carece de acessibilidade educacional.

Acerca desse instituto trataremos melhor no próximo capítulo. É o que se segue.

2. A UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: APLICAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A Educação a Distância recebeu incentivos direta e indiretamente com a instalação da UAB, pois passou a receber também, incentivo governamental. Até então as maiores e mais significativas experiências relacionadas à modalidade estavam na iniciativa privada. Com a implementação da UAB o governo federal assume responsabilidades e consequentemente parâmetros de qualidade e exigências legais, se tornam mais evidentes. Logo a aplicação e contribuição da UAB se divide em alguns contextos, como os seus antecedentes, a implementação, as condições atuais e as perspectivas do futuro do programa.

2.1 Antecedentes históricos, o hoje e o futuro

A Universidade Aberta do Brasil - UAB foi instituída pelo Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, com a finalidade de oferecer cursos para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, por meio da modalidade da Educação a Distância (EaD) (BARROS, 2015).

A Universidade Aberta do Brasil - UAB se originou de uma parceria entre um projeto do Ministério da Educação (MEC), Instituições de Ensino Superior e governos locais. Sua disseminação é visível, porém, sua proposta parece um pouco desconhecida, bem como seus aspectos positivos (MILL, 2012).

Neste capítulo serão abordados o nascedouro desse instituto e seus impactos quando da criação, na atualidade e as perspectivas futuras.

A Universidade Aberta do Brasil - UAB é considerada Ensino a Distância (EAD), ou seja, um meio opcional e complementar à educação tradicional, dita presencial (MILL, 2012).

Inclusive, durante o estado excepcional que foi vivido recentemente (pandemia Covid-19), demonstrou que, apesar de ser modalidade excepcional, tem comprovada a eficiência de seu acesso.

A previsão da Educação a Distância foi apontada, inclusive, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/99), senão vejamos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Sendo assim, dependente está de condutas positivas por parte do Estado para sua efetivação.

A Educação a Distância (EaD) segue, gerações, quais sejam: 1ª Geração afeta à fase da correspondência, já a 2ª Geração conectada ao rádio e televisão. Chega-se, então, à 3ª fase com o surgimento das Universidades Abertas. Já a 4ª Geração aponta à teleconferência e, por fim, a 5ª Geração, permeada pelo computador e internet (LIMA, RAMOS, 2015).

Com a situação de excepcionalidade vivida recentemente, percebeu-se a importância do conceito da modalidade de Ensino a Distância, visão diferente da vivenciada nos anos 90, o que levou a ter sua importância enfatizada (MILL, 2012).

No Brasil, desde 2018, percebeu-se que houve uma queda de alunos cadastrados em cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), alavancada pela Universidade Aberta do Brasil - UAB, como se observa na figura abaixo¹⁰:

¹⁰ <https://dados.gov.br/dataset/2017-a-2020-programa-universidade-aberta-do-brasil-uab1>



Ocorre que, desde a evolução da pandemia em 2020, é nítido que houve um novo impulso dessa modalidade de ensino, conforme aponta o mesmo gráfico. O número de alunos cadastrados em cursos que se encaixam nessa modalidade também apontou crescimento¹¹: Universidade Aberta do Brasil – UAB



Da mesma forma, o número de discentes matriculados, cursando, formados ou que desistiram dos mesmos cursos também teve aumento durante a pandemia. Assim, da mesma forma que a Pandemia fomentou o crescimento dessa modalidade de ensino, também ocasionou distanciamento de alunos e seu desligamento, mas também o incremento desses cursos:

¹¹ <https://dados.gov.br/dataset/2017-a-2020-programa-universidade-aberta-do-brasil-uab1>



Assim, a oferta dessa modalidade que estavam em ascensão até 2017, teve declínio a partir daí. Porém, o momento excepcional que vivemos fez com que essa modalidade, que cumpre requisitos de saúde pública, como o distanciamento e a quarentena, serviu de fomento:



A Educação a Distância amplia o alcance da educação e representa um novo viés de inclusão, flexibilização, economia e adequação à realidade de cada um (DOS SANTOS, JUNG, GEVEHR, 2021).

2.2 Sistema de Aplicação da UAB (Universidade Aberta do Brasil)

Como já apontado, a Universidade Aberta do Brasil - UAB se originou de uma parceria entre um projeto do Ministério da Educação (MEC), Instituições de Ensino Superior e governos locais. Tal assertiva demonstra que o sistema apresentado busca a flexibilização do relacionamento entre as instituições, bem como aproximação entre os indivíduos e a Educação, de forma que a distância se transforma em algo superficial (MILL, 2012).

Segundo Mill, temos como vertentes apontadas pela Universidade Aberta do Brasil - UAB (2012, p. 282/283):

- a expansão pública da Educação Superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- o aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- a avaliação da educação superior a distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
- as contribuições para a investigação em educação superior a distância no país;
- o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância;

A Universidade Aberta do Brasil - UAB apresenta um grande desafio para as instituições, já que, além de articular suas estruturas e outras instituições, bem como a oferta de cursos nessa modalidade de educação superior, ao mesmo tempo que realiza um enfoque cooperativo entre as referidas instituições (MILL, 2012) e é a expressão da democracia nacional:

“Pode-se dizer que todo esse movimento para democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância compõe conjuntura favorável à estruturação de experiências públicas e privadas de EaD para atendimento à crescente demanda por cursos em nível superior no Brasil.”

Tanto a acessibilidade quanto às oportunidades geradas pela Universidade Aberta do Brasil através do Ensino à Distância faz nascer processo que, além de inclusivo, possibilita que grande parte dos nacionais, hoje distantes da realidade garantidora da dignidade da pessoa humana possam, então, ser competitivos em um universo tão desigual como o é o nosso país.

Ocorre, entretanto, que a institucionalização e fortalecimento desta ferramenta depende da superação de grandes desafios que, de forma natural, dependem de políticas públicas de vanguarda frente à multiplicidade e heterogeneidade dos nossos cidadãos (FERREIRA, 2015).

Dessa forma, a discussão acerca das possibilidades e da formação de estruturas que, além de viabilizá-la, a torne palpável e acessível é de extrema importância, mesmo porque, esse instituto proporciona além de evolução e desenvolvimento do capital humano, possibilidade de crescimento do Estado brasileiro como um todo.

Agrega, portanto, valor social e econômico. Assim, a seguir, trata-se da Universidade Aberta do Brasil (UAB) como instrumento de garantia de futuro.

3 UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: FERRAMENTAS DE GARANTIA AO FUTURO E A SUA DECADÊNCIA

O Estado de Goiás bem como os outros estados do Brasil contou com grandes avanços no contexto da democratização do Ensino Superior e logo no impacto para o Desenvolvimento Regional, quando se aborda a UAB sua implementação e continuidade, é nítido a sua importância, porém o reflexo dessa importância do programa, não foi o suficiente para que a continuidade fosse mantida com o mesmo empenho e força do início de sua implementação. Nos últimos 5 anos é nítido a redução do quantitativo de cursos, de estudantes e de investimento no programa, fazendo com que se surge um ponto de atenção para o programa a busca de trazer a discussão para encontrar os pontos de divergências para continuidade do programa, bem como a sua melhoria.

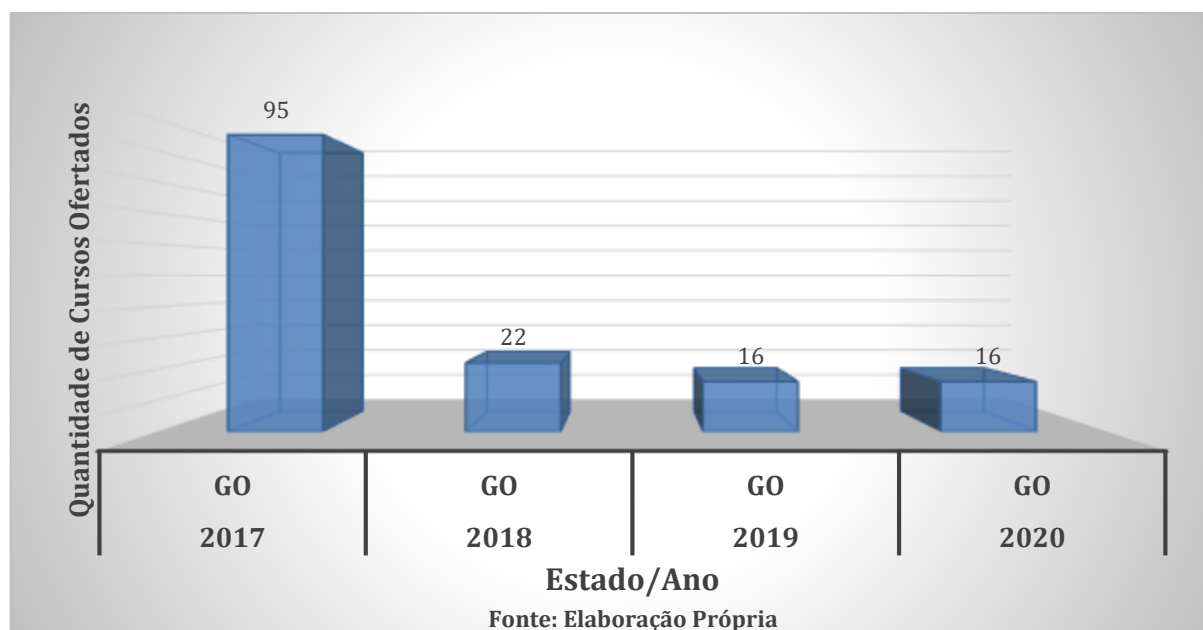
3.1 Reflexo da utilização da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás

A institucionalização da Universidade Aberta do Brasil (UAB) trouxe uma diversificação enraizada na Educação e fomentou a demanda nesse âmbito, senão vejamos¹²:



¹² <https://dados.gov.br/dataset/2017-a-2020-programa-universidade-aberta-do-brasil-uab1>

Em Goiás, diferentemente do que vimos em âmbito nacional, o crescimento da modalidade não teve tanta ascensão, mas manteve os números que tínhamos anteriormente. Assim, como houve manutenção do crescimento, também se mantiveram as quantidades de cursos ofertados:



Pode-se analisar conforme o gráfico apresentado que mesmo mantendo nos últimos dois anos, o quantitativo de cursos ofertados pela UAB nos anos de 2017 à 2020 diminuíram cerca de 83,2% no Estado de Goiás, esse número é uma amostra evidente que a UAB tem perdido força, ressalta-se que em 2020 iniciou-se a pandemia do Covid-19, sendo assim o esperado seria o aumento de cursos e de investimentos, tendo em vista que a UAB tem como modalidade a Educação à Distância, modalidade essa conforme o Censo da Educação Superior 2020 (BRASIL, 2022) teve crescimento no quantitativo de matrículas que superou a quantidade de matrículas nos cursos presenciais.

Assim também ocorreu com o quantitativo de alunos matriculados e desistentes:



Segundo dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a população do Estado de Goiás é composta por seis milhões de habitantes, distribuída sobre um território de 340.242,856 km², com densidade demográfica de 17,65 hab/km².

A Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) informa que o Estado de Goiás possui 110 Instituições de Ensino Superior cujos cursos são de modalidade presencial, que registraram 200 mil matrículas no ano de 2018.

Ocorre que o Estado de Goiás possui uma grande densidade territorial, e as universidades públicas não são distribuídas de uma forma que todos aqueles que preenchem os requisitos para realizar um curso superior tenham a oportunidade de fazê-lo, pela distância geográfica entre a localidade do interessado e a localidade da Instituição de Ensino Superior.

Assim, as universidades vêm criando polos nas cidades do interior do Estado de Goiás que atendem os requisitos para tanto, e oferecendo cursos àqueles que foram aprovados na educação básica e passaram no processo seletivo exigido pela instituição de ensino, mas isso ainda não é o suficiente para alcançar todos aqueles que pretendem cursar uma educação superior (PIRES, 2014, p. 17).

Pires (2014, p. 16) explica que o ensino a distância é uma alternativa para aqueles que deixam de ingressar em cursos superiores por ausência de instituições de ensino em sua localidade, e também é uma opção para aqueles que possuem dificuldade de locomoção até o local da instituição de ensino ou que não podem arcar financeiramente com uma moradia que o aproxime da instituição.

A educação à distância oferece facilidade de cursar o ensino superior para aqueles que já tem parte da rotina comprometida com o trabalho, por exemplo, vez que esse tipo de ensino possui mais facilidade de ser incorporado a rotina do que um ensino presencial:

A vida de um acadêmico na modalidade EaD, ainda que o mesmo tente estabelecer suas relações anterior aos estudos, ele não conseguirá de fato. É que geralmente os estudantes que optam por esta modalidade, já tem parte de seu dia a dia dedicado ao trabalho, afazeres diversos, sobrando pouco tempo para relações sociais, lazer, etc. Ao aderir a este formato de estudos, o tempo que antes se dividia entre lazer e festas, ou encontros com amigos em algum barzinho por exemplo, passa a ser exclusivo de estudos online e presenciais. (ALMEIDA, 2019, p. 26)

Lima e Ramos (2015, p. 56), explicam que a criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é uma iniciativa do governo de atender as demandas educacionais, em especial a formação de professores.

Assim, o programa UAB (Universidade Aberta do Brasil) visou incentivar o desenvolvimento da população, como uma forma de universalização do acesso ao ensino superior, e como uma maneira de minimizar a concentração de oferta de cursos de graduação apenas nos grandes centros urbanos, evitando o fluxo migratório para as grandes cidades:

(...) o termo de adesão do programa UAB procurou incentivar o desenvolvimento da população, constituindo-se um instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos, o que, por sua vez, evitaria o fluxo migratório para as grandes cidades. (CAPES, 34 2020). Em suma, buscamos aqui relatar a importância do termo de adesão do programa UAB que visa beneficiar diretamente os moradores do município. (ARAÚJO, 2021, p. 33)

Silva (2019, p. 12) destaca que a principal função da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é corrigir e amenizar a distância do acesso da educação superior, é que muito difícil em locais afastados dos grandes centros.

Dada a facilidade ofertada pelos cursos de ensino superior à distância, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) vem registrando cada vez mais matrículas em universidades que oferecem ensino a distância, e observando o decréscimo de matrículas das universidades que oferecem cursos presenciais, como podemos observar do gráfico a seguir.

Matrículas no Estado de Goiás no ano de 2019.

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Matrículas			IES	Matrículas			IES
		Rede Privada	Rede Pública	Total		Rede Privada	Rede Pública	Total	
Centro Goiano	82	107.509	33.535	141.044	69	27.332	2.587	29.919	65
Leste Goiano	32	9.288	2.923	12.211	18	14.322	894	15.216	40
Noroeste Goiano	23	373	1.965	2.338	4	727	24	751	9
Norte Goiano	27	1.785	2.705	4.490	6	3.082	471	3.553	20
Sul Goiano	82	14.231	26.098	40.329	29	15.021	650	15.671	39
Total - Estado GO	246	133.186	67.226	200.412	110	60.484	4.626	65.110	79

Obs.: O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada mesorregião porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de uma mesorregião.

* Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública: Matrículas em cursos presenciais - 2019. IES que oferecem cursos presenciais - 2019.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública: Matrículas em cursos EAD - 2019. IES que oferecem cursos EAD - 2019.

Ainda que a escolha pela educação a distância tenha crescido no Estado de Goiás nos últimos anos, a oferta dos cursos na UAB (Universidade Aberta do Brasil) ainda é muito aquém do plano idealizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que planeja aumentar a taxa de matrícula em cursos do ensino superior público:

Considerando os dados apresentados do SEMESP (2020) e o número de matrículas realizadas nos polos de apoio presencial do Sistema UAB em 2017 (CAPES, 2014), verifica-se que a oferta dos cursos de graduação UAB está muito aquém do idealizado pelo PNE (2014/2024), que objetiva elevar a taxa de matrículas no ensino superior público. As demandas são muito maiores que as ofertas. Assim, as sequenciadas interrupções nos investimentos e nas ações pautadas no processo de interiorização e expansão de acesso ao nível superior continuam sendo um impedimento para estudantes que concluíram o ensino 26 médio e desejam se inserir nos cursos de graduação no Sistema UAB, visto que o último edital para admissão desses candidatos foi publicado em 2014. (ARAÚJO, 2021, p. 25-26).

Lima e Ramos (2015, p. 64), apontam que a UAB (Universidade Aberta do Brasil) tem, dentre outros, o objetivo de flexibilizar as instituições públicas já existentes, possibilitando a oferta de cursos superiores onde não há.

Almeida (2019, p. 28) aduz que os alunos das regiões mais afastadas do Estado de Goiás só conseguem acesso a um curso superior graças à UAB (Universidade Aberta do Brasil), e, ainda assim, eles encontram dificuldades para comparecer presencialmente no polo de apoio quando precisam realizar alguma atividade presencial, seja pelas estradas que não possuem boa estrutura, pela insuficiência financeira para arcar com custos de transporte e/ou hospedagem, e também pela dificuldade de conciliação de agenda.

Silva (2019, p. 17) explica que os polos vêm adquirindo flexibilidade para atender os alunos em diversos horários, inclusive aos sábados, para que seja solucionada a dificuldade de

conciliação de agenda e de comparecimento dos discentes ao local de apoio para realizar pesquisas e atividades.

Pires (2014, p. 37) também destaca a preferência dos discentes pela educação à distância nas cidades do interior do Estado de Goiás, pois essa é a única alternativa para que muito consigam acesso à educação superior, tendo em vista que residem em lugar muito distante de uma Instituição de Ensino Superior com cursos presenciais, e não possuem condições financeiras para se locomover e residir próximo à universidade.

Das análises estudadas, depreende-se que a demanda por cursos à distância no Estado de Goiás possui tendência crescente, enquanto os cursos presenciais vêm decrescendo nos últimos anos. Essa ambivalência pode ser justificada pelo fato de que os cursos à distância oferecem melhor flexibilidade de horário, e alcançam localidades distantes, diferentemente dos cursos presenciais.

3.2 Desafios para implementação efetiva e desenvolvimento do Estado de Goiás

Percebe-se que as UAB (Universidade Aberta do Brasil) seguem se potencializando Brasil a fora, através da disseminação de polos, chegando a lugares mais longínquos (GOMES, 2013). Em Goiás isso não é diferente.

Ocorre que esse espalhamento do Ensino à Distância através da UAB (Universidade Aberta do Brasil), ao tempo que democratiza o acesso à Educação, faz ocorrer o que hoje se tem por ‘uberização do ensino’, ou seja, percebe-se uma precarização enraizada nessa modalidade.

Verifica-se que se tem uma desproporcionalidade entre o número e qualificação de profissionais, tais como professores e tutores em detrimento do processo ensino-pedagógico (GOMES, 2013), o que leva à necessidade de se repensar o modelo de maneira urgente, de modo a produzir uma verdadeira conexão entre as novas tecnologias e o processo pedagógico.

A solução dessa problemática, muitas vezes vem através de propostas como (GOMES, 2013):

“Propostas como a descentralização do currículo, o empoderamento dos alunos e das comunidades de aprendizagem e das redes de relacionamento, potencializadas pelas

tecnologias, alterariam as relações entre alunos e professores, inclusive no ensino presencial.”

A partir dessa prática surgem redes que devem ser colaborativas e não dissociadas ou desconexas. Ferramentas como Moodle, TelEduc e outras tem por finalidade a conectividade entre os sujeitos desse processo. Ou seja, são pontes necessárias, mas que devem funcionar em consonância e evitar o distanciamento também virtual.

É importante que realizemos, em retrospecto, uma análise de como foi o processo de implantação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás.

O primeiro passo para a implantação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás foi a parceria entre os municípios e a Universidade Estadual de Goiás no ano de 2012, e, logo em seguida, a construção de um centro de apoio:

(...) para a consolidação do polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil no município e para a concretização das parcerias com as IES, foi necessário percorrer um longo caminho, iniciado no ano de 2012. Naquele ano foi encaminhado ao Reitor da Universidade Estadual de Goiás, Haroldo Reimer, por meio do ofício nº 0132, em julho de 2012, a demonstração de interesse do município em realizar parcerias para oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, o que resultaria no processo de formação inicial e continuada 31 aos profissionais da educação básica municipal e na extensão dessa oferta à comunidade local. O ofício nº 0132 (2012) ressaltava a importância da normativa do decreto Federal nº 5.800, de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), que é direcionado à abertura de polo de apoio presencial do Sistema UAB em estados e municípios com índice de população acima de 20.000 habitantes e que não possuem instituições públicas de ensino. (ARAUJO, 2021, p. 32).

Após a construção do centro de apoio, necessitou-se da oficialização do Termo de Parceria para a validação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que deveria avaliar a compatibilidade do centro de apoio com as normas técnicas:

A priori, a oficialização do Termo de Parceria (TC) estava assinada somente com a Universidade Estadual de Goiás, necessitando da validação dos respectivos órgãos, que, no caso inerente, é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em decorrência de atrasos na regulamentação da documentação, houve tempo de se realizar os devidos reparos e ajustes no local onde seria instalado o polo UAB. Deste modo as instalações ficaram compatíveis com as normas técnicas da CAPES para realização das atividades presenciais dos cursos e para o atendimento de um número maior de estudantes. (ARAUJO, 2021, p. 32-33).

Para atender os alunos matriculados, o polo de apoio conta com uma equipe de 12 tutores vinculados à uma Instituição de Ensino Superior, que recebem uma bolsa mensal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que devem cumprir 20 horas semanais no polo. A equipe também é constituída por um coordenador, um secretário,

um servidor de serviços gerais, um servidor para a biblioteca, e um vigilante (ARAÚJO, 2021, p. 34).

Em 2006, aconteceu a oferta dos primeiros cursos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás, em parceria com a Universidade Federal de Goiás e empresas estatais, como o Banco do Brasil, com a oferta do curso de Administração, que foi considerado o piloto do projeto (ROCHA, 2010, p. 15).

Rocha (2010, p. 15) informa que a seleção dos municípios onde seriam instalados os polos de apoio foram realizados de acordo com as diretrizes estratégicas do Ministério da Educação (MEC), que avaliou a “adequação do projeto aos cursos; a carência de oferta de ensino superior público na região proposta; a demanda local ou regional por ensino superior público; a pertinência dos cursos demandados e a infraestrutura das instalações”.

Assim, os primeiros municípios do Estado de Goiás que foram contemplados com os polos de apoio da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás foram: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Alto Paraíso de Goiás, Catalão, Cezarina, Formosa, Goianésia, Jataí, São Simão e Uruana.

A seleção dos Polos da UAB em Goiás ocorreu por meio de encaminhamento dos projetos feitos pelos municípios ao MEC. Como resultado da seleção, conforme publicado no Diário Oficial, em abril de 2007, foi aprovada a instalação de onze Polos de Apoio Presencial nesta primeira etapa, tendo sido contemplados os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Alto Paraíso de Goiás, Catalão, Cezarina, Formosa, Goianésia, Jataí, São Simão e Uruana. (ROCHA, 2010, p. 16).

Posteriormente, foram selecionados mais onze municípios do Estado de Goiás para acomodar o polo de apoio da UAB (Universidade Aberta do Brasil): Anápolis, Cidade de Goiás, Inhumas, Iporá, Mineiros, Morrinhos, Piranhas, Posse, Rio Verde, São Miguel do Araguaia e Uruaçu.

Para atender ao segundo edital, foram selecionados em 2008 mais onze municípios para a instalação dos Polos da UAB, a saber: Anápolis, Cidade de Goiás, Inhumas, Iporá, Mineiros, Morrinhos, Piranhas, Posse, Rio Verde, São Miguel do Araguaia, Uruaçu (...). Tem-se então que os cursos de graduação a distância da UAB estão sendo ofertados em 22 municípios localizados nas cinco mesorregiões de planejamento socioeconômico do Estado de Goiás, que ao todo agrega 246 municípios (...). (ROCHA, 2010, p. 16).

Atualmente, o Estado de Goiás possui 23 polos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) espalhados pelo território, e, ainda assim, “as demandas de cada polo estão muito além das

vagas disponibilizadas, não conseguindo atender todos os polos distribuídos no estado.” (ARAUJO, 2021, p. 33).

Assim, após a implantação dos polos de apoio e efetivação do método de ensino da UAB (Universidade Aberta do Brasil), começaram a surgir as problemáticas acerca dessa modalidade de ensino.

O aluno de uma UAB (Universidade Aberta do Brasil) estará solitário na maior parte do tempo, sem a presença de um professor para orientação, e com a falta de um grupo de colegas que serviriam de apoio e orientação (PIRES, 2014, p. 17).

Além disso Pires (2014, p. 17) explica que a garantia para a conclusão do curso depende do conhecimento do aluno na utilização das ferramentas de pesquisa e do material didático fornecido pela instituição de ensino. Almeida (2019, p. 05) discorre acerca da conciliação entre os estudos nas plataformas online e o cumprimento das agendas presenciais nos pontos de apoio, além da conciliação de outros afazeres e obrigações de cada estudante.

Pires (2014, p. 17) levanta, também, a problemática de garantir a qualidade do curso e do processo de ensino a distância, pois afirma que há uma oferta indiscriminada de cursos a distância sem garantia de qualidade. Almeida (2019, p. 27-28) expôs os impactos do ensino à distância nos alunos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) do nordeste goiano:

O acadêmico alega que mesmo diante de certa organização, não tem conseguido alcançar os objetivos esperados, pois depara com outras situações problemas como falta de internet na sua cidade que depende da conexão via rádio que muitas vezes a qualidade é muito ruim, como também as dificuldades para chegar ao pólo e participar das presenciais, pois mora longe do mesmo. (...) De modo geral os acadêmicos comemoram o direito ao acesso a faculdade por meio da ead, alegando que se fosse para fazer na forma convencional presencial talvez não conseguisse.

Almeida (2019, p. 28) explica que muitos alunos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) do nordeste goiano apresentam dificuldades financeiras para se locomover e se hospedar quando precisam comparecer presencialmente até o polo de apoio.

Dessa forma, é importante realizarmos uma análise acerca da estrutura dos Polos de Apoio da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás para entendermos se os polos atendem as demandas dos discentes, bem como investigar as avaliações dos alunos sobre a UAB (Universidade Aberta do Brasil) em geral.

Em uma pesquisa realizada por Rocha (2010, p. 02) foi avaliada a qualidade das bibliotecas do centro de apoio, para entender se a estrutura da biblioteca e os materiais oferecidos eram suficientes para atender aos cursos ofertados à distância, na análise foram avaliados os Polos de Apoio Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás.

As bibliotecas não são uma estrutura exigida em cada polo de apoio pelo Ministério da Educação (MEC), mas possuem o fim de garantir a qualidade os cursos de graduação ofertados no Brasil:

Conforme consta nos Referenciais de qualidade, não há obrigatoriedade de existência de bibliotecas nos Polos, porém devem ser oferecidos os recursos de informação e locais adequados para atender as necessidades e demandas informacionais dos alunos. A disponibilidade de serviços de acesso às informações, a existência de acervo bibliográfico e de instalações físicas adequadas, formam um tripé importante para a oferta de cursos a distância e reforçam a necessidade de existência de bibliotecas nos Polos, conforme projeto da UAB (ROCHA, 2010, p. 21).

Segundo os discentes entrevistados por Rocha (2010, p. 37-38) as bibliotecas dos polos deveriam ser acessíveis, para estarem em funcionamento nos horários em que os alunos necessitam da utilização. No entanto, os alunos expõem que as bibliotecas do polo de apoio são mal estruturadas “não possuem acervo ou não estão devidamente instaladas”.

Nessa mesma pesquisa, também foi constatada que as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás não são utilizadas com frequência pelos alunos, o que pode se justificar pela estrutura precária do local.

Rocha (2010, p. 29) também constatou que, apesar de contar com livros impressos, as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás não possuem outros materiais didáticos capazes de auxiliar os discentes na pesquisa, como revistas científicas impressas ou online, mapas, bases de dados bibliográficas e biblioteca digital.

Em relação ao acesso online aos materiais bibliográficos, com as facilidades existentes em função as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) já é perfeitamente possível o acesso ao texto completo de periódicos especializados produzidos no país e a outros em nível internacional que podem ser acessados pela internet, bastando apenas que se viabilizem as condições necessárias para a aquisição de assinaturas ou pelo compartilhamento destes recursos, já existentes nas bibliotecas-sede da instituição é prover meios para que as bibliotecas tenham acesso a este tipo de material. (ROCHA, 2010, p. 30).

Além disso, Rocha (2010, p. 31) expõe que apenas 60% das bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás possuem acesso à todas as bibliografias indicadas como material de apoio nos cursos disponibilizados.

Ainda sobre esse estudo, foi descoberto que apenas 41,2% dos servidores responsáveis pela biblioteca acompanham os processos relativos à aquisição de materiais, o que evidencia a ausência de gestão e política de aquisição de acervo para as bibliotecas.

A análise dos dados obtidos mostrou que a maior parte dos respondentes (41,2%) não conhece ou não acompanha os processos relacionados à aquisição dos materiais; (...). Esta situação mostra a ausência de procedimentos de gestão e políticas de aquisição do acervo nas bibliotecas. É importante considerar que os processos referentes à solicitação, compra e recebimento dos materiais precisam ser planejados e estruturados de forma que os materiais sejam recebidos em tempo para atender às demandas necessárias dos usuários. (ROCHA, 2010, p. 32).

Por fim, Rocha (2010, p. 44) concluiu que a existência de bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em Goiás está vinculada à necessidade de apoio de ensino, pesquisa e extensão aos alunos, no entanto, a ausência de políticas públicas impede que as bibliotecas possuam acervo, serviços e condições de funcionamento adequado, comprometendo os objetivos e funções dessas bibliotecas e colocando em descrédito a qualidade dos cursos oferecidos à distância.

Em uma segunda pesquisa realizada por Pires (2014, p. 23-36), no Polo Vila Boa de Goiás do Estado de Goiás, entre os alunos de Licenciatura em Geografia da Turma UAB (Universidade Aberta do Brasil), no ano de 2014, foram apuradas as condições em que os alunos realizavam o curso, onde eles realizam a pesquisa e em quais condições estão os materiais utilizados, bem como a logística de software e o apoio do Polo e dos tutores.

No referido estudo, foi apurado que a maior parte dos alunos utiliza a rede mundial de computadores para realizar as pesquisas, e também utilizam a biblioteca e adquirem livros para complementar os estudos. Esses alunos também recebem *links* virtuais dos tutores com informações e orientações para complementar a pesquisa.

Quanto às referências das fontes de pesquisa, grande parte dos Alunos reclamam da falta de referências nos textos das disciplinas e dos conteúdos acessados através da internet, e informam que precisam do auxílio de professores e tutores quanto às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os Alunos da Turma de Licenciatura em Geografia da UAB (Universidade Aberta do Brasil) do Polo Vila Boa de Goiás também apontaram a dificuldade em estudar pelos livros virtuais fornecidos pelos professores, o embaraço para fazer *download* dos textos da disciplina e imprimi-los.

Ao final, Pires (2014, p. 37) concluiu que os alunos da Turma de Licenciatura em Geografia da UAB (Universidade Aberta do Brasil) do Polo Vila Boa de Goiás apresentam despreparo para utilizar os materiais de pesquisa na conclusão de suas tarefas, apontando “o uso excessivo das teclas Ctrl C e Ctrl V”. Também fez anotações quanto a estrutura física e a higiene

do Polo de Apoio, relatando que o problema seria resolvido com a aquisição de cartas cartográficas, atlas e livros que abordem os temas exigidos pelo curso.

Assim, comparando as pesquisas de Pires (2014) e Rocha (2010) percebemos a subsistência em relação à precariedade da estrutura das bibliotecas dos polos de apoio da UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Em um terceiro estudo, realizado por Almeida (2019, p. 30-45), no Polo de Alto Paraíso de Goiás do Estado de Goiás, da UAB (Universidade Aberta do Brasil), no ano de 2019, foram avaliadas as condições do polo, que é considerado referencial no município, e a avaliação dos discentes.

Nesse estudo, as condições físicas do local foram consideradas apropriadas, sendo que o local era composto por auditório, recepção, secretaria, laboratórios, banheiros masculinos e femininos, duas salas grandes de encontros presenciais.

Foi constatado que grande parte dos alunos do Polo de Alto Paraíso de Goiás da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é composta por jovens que buscam aprimoração superior para atuar nas áreas do nordeste goiano, especialmente em alguma área de gestão pública.

A maior parte dos alunos desse polo apontam dificuldades para comparecer ao local para realizar atividades presenciais, seja pelas condições da estrada, pela distância entre a sua residência e o polo de apoio, por questões financeiras ou pela dificuldade de conciliação de agenda. Muitos alunos dependem do auxílio de terceiros para conseguir carona ou da ajuda do prefeito, que fornece uma van para transportar os alunos uma vez por mês.

Mas, o maior problema para os discentes, segundo a pesquisa, é a rede de internet da região, que apresenta muitas falhas e dificulta a entrega das atividades dentro dos prazos propostos, sendo que os professores não fornecem flexibilidade de prazos para driblar esse problema:

“Alguns alunos destacam que esses entraves causam desconfortos, baixo rendimento e reprovações, em alguns casos não são aceitas justificativas e ainda há o problema de não poder postar as atividades depois do prazo. Segundo eles, embora compreendam que o formato da EaD é assim mesmo, acreditam que a faculdade deveria ter uma forma mais maleável do ponto de vista avaliativo dos acadêmicos nesta situação para não perder a única chance de obter um curso superior.”

Por fim, Almeida (2019, p. 46) chegou à conclusão de que “ainda há muito que ser feito nesta modalidade para atender as demandas existentes, em especial de alunos como os do nordeste goiano que enfrentam sérios problemas de conexão de internet, transporte, etc.”, e

destacou o pedido dos alunos de que a instituição de ensino tenha uma nova visão na avaliação dos discentes, considerando as especificidades econômicas e geográficas de cada um.

Em um quarto estudo, realizado por Silva (2019, p. 13-41), no Polo de Cavalcante da UAB (Universidade Aberta do Brasil), analisadas as condições do polo de apoio e realizada a avaliação dos discentes e docentes.

Na referida pesquisa, a autora destaca a importância do Polo de Cavalcante – GO para manter os jovens na cidade, tendo em vista o êxodo do público dessa faixa etária para as grandes cidades em busca de cursos superiores.

O Polo de Cavalcante apresenta boa estrutura, com sala de coordenação, sala para secretaria acadêmica, biblioteca, sala para tutores, duas salas de aula, sala de web-conferência, e duas salas de informática.

Na análise foi averiguado que o Polo de Cavalcante apresenta flexibilidade de horários, em especial para o funcionário responsável pelo reparo de problemas técnicos e de conexão com a internet. Os docentes também possuem a agenda flexível, para que possam desempenhar suas funções aos sábados durante os encontros presenciais.

Os estudantes do Polo de Cavalcante escolheram a modalidade de ensino à distância principalmente em razão da distância entre suas residências e uma Instituição de Ensino Superior que oferece ensino presencial, além da dificuldade de tempo para conciliar a agenda com um curso presencial. Avaliam positivamente as características físicas do polo, e consideram o ensino adequado.

Silva (2019, p. 41), concluiu que os alunos do Polo de Cavalcante estão satisfeitos com o polo de modo geral e com os cursos ofertados, avaliando-se positivamente.

Portanto, mesmo diante dos avanços da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás, ainda há dificuldades em cursar esse tipo de ensino, principalmente em face da estrutura do polo de apoio, da dificuldade em acessar uma internet de qualidade, e dos empecilhos para comparecer ao polo de apoio para realizar as atividades presenciais.

3.3 Perspectivas sobre o futuro no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás

O futuro da educação, necessariamente está conectado com novas tecnologias. Entretanto, a forma de ligação entre os sujeitos do processo pedagógico aparece como um desafio ao futuro da Educação à distância.

A formação de redes colaborativas e interconectadas efetivamente, são instrumentos imprescindíveis ao futuro dessas relações. Entretanto, uma abordagem social efetiva, aliada à questões de ordem econômica, na formação dos sujeitos na busca de sua dignidade, são a garantia do sucesso dessa forma de fazer a Educação.

A Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), em um levantamento o realizado no ano de 2019, observou que as matrículas em universidades que oferecem cursos à distância aumentaram, enquanto as matrículas em universidades que oferecem cursos presenciais diminuíram.

Acompanhando esse interesse em educação a distância e o objetivo de levar a educação superior pra todo o país, foi criada a UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Araújo (2021, p. 21) expõe que a grande finalidade da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é a oferta de cursos de licenciatura, voltado para a formação de professores.

Lima e Ramos (2015, p. 56), explicam que a criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é uma iniciativa do governo de atender as demandas educacionais, em especial a formação de professores.

A UAB (Universidade Aberta do Brasil) oportuniza a qualificação profissional dos jovens, e viabiliza o acesso à educação superior pública:

“(...) percebe-se que o ensino a distância oportuniza a qualificação profissional e colabora para a democratização do ensino - resultante do acréscimo na oferta de vagas - possibilitando a inserção de jovens estudantes, que antes se viam sem condições de acessar um direito básico: a educação superior pública.” (ARRAÚJO, 2021, p. 27)

Apesar da iniciativa, a UAB (Universidade Aberta do Brasil) não consegue atender a demanda de jovens do interior do Estado de Goiás que terminaram o ensino médio e estão à procura de um curso superior, justamente porque o último edital para admissão na UAB (Universidade Aberta do Brasil) foi publicado no ano de 2014 (ARAÚJO, 2021, p. 26).

E essa grande demanda somada à mora no lançamento de editais com novas vagas para a UAB (Universidade Aberta do Brasil) explica o motivo pelo qual a oferta dos cursos na UAB (Universidade Aberta do Brasil) ainda é muito aquém do plano idealizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), como explica Araújo (2021, p. 26).

Conforme consta em um quarto grupo de metas do PNE, o ensino superior de forma geral é de responsabilidade dos governos federal e estaduais. Sendo que seus sistemas compõem a maior parte de instituições de ensino superior, porém não isentam os municípios, pois é no ensino superior que tanto os professores da educação básica quanto os demais profissionais que atuarão nos municípios são formados, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local.

Sendo assim, por esses motivos a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem participar efetivamente da construção e manutenção das políticas públicas que visam atender o ensino superior, segue-se as 3 metas que do PNE que atendem diretamente e indiretamente o ensino superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Dessa forma, pelo estudo das pesquisas apresentadas, tem-se que a solução para essa questão seria a abertura de novos editais para o ingresso na UAB (Universidade Aberta do Brasil), com polos de apoio capazes de suprir a demanda de jovens que pretendem cursar um ensino superior, não somente no curso de licenciatura, mas em outros cursos que possam ser realizados a distância.

A UAB (Universidade Aberta do Brasil) oportuniza que a população de cidades afastadas dos grandes centros tenha a oportunidade de realizar um curso superior, sem que os jovens precisem migrar para outra localização onde haja uma Instituição de Ensino Superior.

(...) a UAB abre possibilidades para as transformações sociais ao se constituir em um meio de promoção do desenvolvimento das pessoas localizadas em determinadas regiões⁴ distantes ou de difícil acesso, que sequer cogitariam poder frequentar um curso de graduação. Uma vez preparadas, estas pessoas poderão aplicar os conhecimentos obtidos na própria comunidade. (ROCHA, 2010, p. 12).

Ainda assim, os discentes encontram dificuldades em comparecer presencialmente no polo de apoio quando precisam realizar alguma atividade presencial, em razão das condições precárias da estrada, da dificuldade financeira de arcar com transporte e/ou hospedagem próxima ao polo de apoio, dependendo de carona de terceiros ou de vans municipais que oferecem transporte até o polo. (SILVA, 2019, p. 39-40).

Silva (2019, p. 40) explica que tanto a coordenação, quando os funcionários e prefeito da cidade são acessíveis, e tem vontade de atender a demanda dos discentes para oferecer transporte gratuito com mais frequência, mas dependem de recursos financeiros do próprio município, tendo em vista que os polos de apoio não possuem previsão de finanças destinadas ao transporte dos discentes.

Da análise das pesquisas de campo expostas no tópico anterior, depreende-se que o grande problema notado pelos discentes é a dificuldade de chegar até o polo de apoio quando necessário realizar alguma atividade presencial. Ainda que mais próximo dos discentes, os polos de apoio ainda são muito afastados daqueles que residem na zona rural.

Almeida (2019, p. 28-29) entrevistou uma discente que reside em zona rural muito afastada do polo de apoio, e a aluna expôs a dificuldade de comparecer presencialmente até o polo de apoio da cidade, e a incompreensão dos professores quanto aos prazos concedidos para entrega de atividades, que não levam em consideração a sua localização geográfica.

Nota-se que a equipe do polo de apoio e a prefeitura da cidade tentam oportunizar a chegada dos alunos até o polo de apoio de forma gratuita, mas os recursos financeiros do município só permitem que esse auxílio aconteça esporadicamente.

A solução praticável para solucionar o acesso dos discentes ao polo de apoio da UAB (Universidade Aberta do Brasil) local seria o viabilizar transporte público gratuito para os alunos, oferecido através dos recursos disponibilizados pelo próprio centro de apoio, sem que o transporte dependesse de recursos do município, que nem sempre são suficientes para atender a demanda dos alunos.

Para sua efetivação, o Sistema UAB que visa ampliar e interiorizar a oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Brasil, prevê a utilização de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas e de infraestrutura de bibliotecas nos Polos

de Apoio Presencial a ser disponibilizada pelos municípios onde os cursos forem ofertados. (ROCHA, 2010, p. 02).

Outro problema constantemente apontado pelos discentes da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é a dificuldade de acesso à internet, tanto de suas residências quanto do próprio polo de apoio.

Almeida (2019, p. 29) destaca a dificuldade de uma aluna que reside em zona rural de conectar-se à internet, fazendo com que ela tenha dificuldades de realizar as pesquisas necessárias para o curso, e também de assistir as aulas *online*.

Em entrevistas a alunos que moram na zona rural do município onde se localiza o polo, Almeida (2019, p. 15-16) também recebeu reclamações quanto à qualidade da internet da cidade, que ainda é via rádio e dificulta o acesso dos alunos às aulas virtuais e aos materiais de pesquisa.

Pires (2014, p. 24) expõe a dificuldade dos discentes em acessar o conteúdo online disponibilizado pelos professores para complementar a pesquisa, e também o embaraço para fazer *download* dos livros virtuais.

Silva (2019, p. 29) elucida que, em razão da localidade geográfica do município, muitas vezes, somente os polos de apoio fornece internet de qualidade, fazendo com que os alunos precisem frequentá-lo com mais frequência para realizar as atividades e pesquisa, e também para assistir aulas.

Verifica-se então, que a internet de qualidade que facilitaria o acesso dos discentes às aulas online e permitiria a realização de pesquisa adequada é de suma relevância para os discentes da UAB (Universidade Aberta do Brasil); a qual eles muitas vezes não possuem acesso de suas residências, sendo o polo de apoio o único local que oferece boa conexão de internet na cidade.

Portanto, sobre o futuro da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás, depreende-se das pesquisas analisadas que já houve um grande avanço quanto ao fornecimento de cursos superiores aos jovens de municípios afastados das grandes cidades onde se localizam as Instituições de Ensino Superior.

A Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) registra cada vez mais matrículas na UAB (Universidade Aberta do Brasil), que oferece cursos à distância.

Ainda assim, a oferta dos cursos na UAB (Universidade Aberta do Brasil) é muito aquém do plano idealizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (ARAÚJO, 2021, p. 25-26). E a discussão sobre esse aspecto se torna ainda mais evidente quando percebemos que o

último edital para admissão de alunos na UAB (Universidade Aberta do Brasil) foi publicado no ano de 2014 (ARAÚJO, 2021, p. 26).

Há também a problemática sobre a dificuldade dos docentes em acessar uma internet de qualidade e as adversidades para chegar até o polo de apoio para realizar as atividades presenciais, bem como a compreensão dos docentes sobre a necessidade de flexibilização de horários e prazos das atividades, para que a UAB (Universidade Aberta do Brasil) possa se adequar às necessidades geográficas, sociais e financeiras de cada aluno.

Conclui-se, então que a UAB (Universidade Aberta do Brasil) já obteve muitos avanços em relação a oferecer educação superior pública à municípios do Estado de Goiás que estão muito afastados das grandes cidades, sendo que a alternativa por esse tipo de educação só vem crescendo nos últimos anos.

No entanto, a UAB (Universidade Aberta do Brasil) precisa de ajustes em relação à sua política de criação e aplicação, enfatizando as questões quanto à autonomia do programa, a disponibilidade de vagas, flexibilidade de horários e atendimento às demandas geográficas, sociais e financeiras dos discentes, para que possa cumprir o seu objetivo principal, que é oportunizar o acesso à educação pública em localidades afastadas do centro do Estado de Goiás.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho, observou-se que o Ensino a Distância (EaD) no Ensino Superior é normatizado pelo Decreto 5622 de 19 de dezembro de 2005, regulador do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996). Apontou-se, ainda, que o Ensino a Distância (EaD) é modalidade de ensino que ocorre em meio digital, rodeado, portanto, pela Tecnologia da Informação e Comunicação.

Através dessa consideração, surge a UAB (Universidade Aberta do Brasil) como meio instrumentalizador dessa modalidade de ensino. Daí a importância de sua análise, já que é basilar ao desenvolvimento de toda e qualquer sociedade.

Trata-se a Educação de direito social indispensável ao impulso ao progresso e desenvolvimento de um Estado, já que democratiza o conhecimento, ao mesmo tempo que o expande.

Nesta ótica, percebe-se o valor agregado ao instituto da Educação e, por consequência, do conhecimento. A UAB (Universidade Aberta do Brasil) permite o acesso nos rincões mais longínquos e incentiva o desenvolvimento humano, o que demonstra uma forte conexão com o instituto basilar do ordenamento jurídico brasileiro, qual seja: a dignidade da pessoa humana.

Assim, é a Educação a ferramenta necessária e indispensável ao desenvolvimento, seja nacional, regional ou local. De maneira mais específica, o presente trabalho abordou, em especial, a influência no desenvolvimento do Estado de Goiás.

No Capítulo 1 abordou-se a influência do Ensino a Distância (EaD) no Brasil como direito de todos e dever, além de outros, do Estado e fundamental ao desenvolvimento humano-econômico. Abordou-se a Educação no âmbito do Desenvolvimento Econômico e os desafios que teremos pela frente para manutenção do Desenvolvimento Humano, já que o conhecimento é um capital e pode elevar não só o desenvolvimento econômico do Estado Brasileiro, mas também a ética.

Em seguida, no Capítulo 2 apontou-se as contribuições da UAB (Universidade Aberta do Brasil), apontando elementos históricos, sistemáticos e as diversas facetas que apresenta na atualidade, onde se pode observar a inerente importância dessa instituição, em especial nos últimos tempos de crise.

Por fim, no Capítulo 3, fez-se discussão acerca de uma agenda para o futuro e os reflexos da utilização da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no Estado de Goiás e os desafios enfrentados e a enfrentar.

As abordagens feitas demonstraram que apenas a Educação de Qualidade e Inclusiva poderá agregar desenvolvimento e demonstra a necessidade de verificação das rupturas rápidas e profundas que ocorrem no contexto social e que podem influenciar na sua fruição, a fim de se desenvolver políticas públicas e privadas adequadas.

Ademais, o desenvolvimento, o que não afasta o regional, não deixa de enfrentar essas questões, vez que é sabido que não há sociedade desenvolvida sem Educação efetiva e que crie oportunidade ao desenvolvimento humano. Sem deixar de considerar, ainda, que adotado no nosso Estado o Capitalismo Humanista.

Assim, discussões acerca da Educação são sempre imprescindíveis. Momentos de crise pelos quais passamos nos últimos tempos enfatizam a urgência de novas metodologias para a Educação, em especial, nesse caso, salvaguardada pela UAB (Universidade Aberta do Brasil).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Antônio da Rocha; Pereira, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Educação a distância e Ensino Presencial? Convergência de Tecnologias e Práticas Educacionais**. 2012.

ARAUJO, Marly Abrão et al. **As expectativas de atuação profissional de jovens estudantes em um polo UAB do estado de Goiás**. 2021.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **Educación a distancia. Bases conceptuales**. In: Educación a distancia hoy. Madrid: Universidad de Educación a Distancia. 1994.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades**. Educação & Sociedade, v. 36, p. 361-390, 2015.

BOKUMS, Raquel Maia. MAIA, Jusselma. Ferreira. **Educação a Distância (EaD) no Brasil: uma reflexão a respeito da inclusão social**. Diálogo, Canoas, n. 38, 2018, p. 99-111, ago 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 fev; 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Diário Oficial da União, 9 jun. 2006.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 93, p. 33-60, 2014.

BRUNO, Lúcia. **Educação e desenvolvimento econômico no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, p. 545-562, 2011.

BERTOLAIA, Denilson; PALAZZOLO, Massimo. **A Ordem social e sua Efetividade Constitucional**. Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 4, n. 8, p. 271-309, 2016.

CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabia Lucena. **Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores**. Revista Principia, João Pessoa, n. 32, p. 35-41, 2016.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHIZZOTTI, A. **As finalidades dos sistemas de educação brasileiros**. Revista Educação em Questão. Revista Educação em Questão. Natal, 2020.

CUNHA, Maria; PINTO, Marialva. **Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 90, n. 226, 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DOS SANTOS, Andreine Lizandra; JUNG, Carlos Fernando; GEVEHR, Daniel Luciano. **A Educação a Distância nas Políticas Públicas da Universidade Aberta do Brasil: uma**

Revisão Sistemática. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 22, n. 5, p. 655-664, 2021.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. **A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate.** Educação & Sociedade, v. 37, p. 557-571, 2016.

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil.** Educação Unisinos, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal.** 2005. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 03 de jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Luiz Fernando. **EAD no Brasil: perspectivas e desafios.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, p. 13-22, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 24 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; RAMOS, Emanoela Celestino Almeida. **POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, POR MEIO DA UAB, NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** Revista de Ciências Humanas, v. 16, n. 26, p. 55-70, 2015.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Leandro S. **Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 32, 2017.

MARQUES, Luciana Maria Estevam Marques; JUNGO, Brisa Gama; VERASZTO, Estéfano Vizconde. **ANÁLISE DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO PERÍODO REMOTO: UMA**

INVESTIGAÇÃO JUNTO AOS PROFESSORES BRASILEIROS. PEduC Revista/ APEDuC Journal, São Carlos, 2021, p. 73-86, fevereiro, 2021.

MILL, Daniel. **A Universidade Aberta do Brasil.** Fredric M. Litto Marcos Formiga, p. 18, 2012.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância.** 2002.

MOREIRA, M. G. **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Person Education do Brasil, 2009. cap. 51 p.370-378.

NETO, Pedro Savi. **Educação e dever de memória: as possibilidades de emancipação na sociedade de mercado.** Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 28, n. 54, p. 111-124, 2019.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Desafios da educação superior.** Sociologias, p. 14-21, 2007.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios.** Sociologias, v. 22, p. 144-175, 2020.

NISKIER, A. **Educação a distância: a tecnologia da esperança.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

NUNES, Cristina Maria Fernandes. **Capital humano e desenvolvimento econômico.** Economia & Empresa, n. 25, p. 31-42. 2018.

PAIVA, V. L. M. de O. **Ensino remoto ou ensino a distância efeitos da pandemia.** Estudos Universitários: revista de cultura, v. 37, n. 1 e 2, p. 58-70, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/249044>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU**. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.

RIBEIRO, Raimunda Cunha; MAGALHÃES, António M. **Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios**. 2014.

ROCHA, Fernando José Meira. **Educação e economia: uma abordagem sobre as consequências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase em educação**. Caderno de Finanças Públicas, Brasília, DF, n. 5, p. 51-171, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 29, n. 2, 2013.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1320, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SILVA, E. L. da, MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Educação profissional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico**. Realidades da Educação Profissional no Brasil. São Paulo, SP: Ícone, p. 143, 2015.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

VILELAS, José. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

ZUIN, A. A. S. **Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 96, p. 935-54, out. 2006.